

A Grande Depressão dos Anos 1930 e a Crise Atual: Contrapontos e Reflexões

Frederico Mazzucchelli

Os desdobramentos da crise internacional inaugurada em 2008 permitem que se estabeleçam contraposições mais nítidas com o terremoto que varreu o mundo entre 1929-1933. Cabe destacar, de início, que *a origem* dos distúrbios, em ambos os casos, foi a proliferação de operações financeiras de lastro duvidoso, alavancadas pela expansão desmesurada do crédito, em meio à ausência de regras eficazes de regulação e disciplina para o sistema financeiro. Tanto naquela oportunidade como na recente crise, a raiz da tormenta foi a ação desimpedida dos agentes privados, propiciada pela frouxa regulamentação existente sobre o mundo das finanças. Não por acaso, em ambos os casos, foram os percalços do sistema financeiro os fatores centrais de desencadeamento e propagação da crise. Não resta dúvida que a especulação desenfreada dos anos 1920 e o “festival dos derivativos” da crise atual foram construções endógenas do sistema financeiro norte-americano e europeu - criaturas típicas de um ciclo de crédito, que envolveu bancos, intermediários financeiros, empresas, famílias e nações, e que resultou na montagem de uma complexa e intrincada teia de endividamento. A inflação de ativos – em ambos os casos - foi incensada pelo crédito farto, na expectativa, sempre otimista, de ganhos futuros. Com a reversão das expectativas, o castelo de apostas ruiu, restando apenas o rastro das dívidas. Uma vez desencadeada a crise, a carga de compromissos assumidos e a contração do crédito se incumbiram de promover a desaceleração dos gastos em consumo e investimento, com impactos negativos sobre a produção e o emprego. Este é um traço comum das duas crises, na verdade um roteiro que está incrustado no próprio modo de ser da realidade capitalista.

A diferença entre os dois processos reside *na resposta* dos governos à crise: enquanto no início dos anos 1930 a intervenção governamental foi tardia, insuficiente e reiteradamente equivocada, na atual crise a intervenção foi pronta e contundente, destinada – acima de tudo – a socorrer as grandes instituições em apuros. Este ponto merece ser sublinhado: foi unicamente em decorrência injeção da maciça de recursos públicos – direcionados ao salvamento das instituições financeiras à beira da insolvência - que a crise atual não se transfigurou em uma tragédia de proporções incalculáveis. O resultado, previsível, foi a expressiva elevação da dívida pública nos EUA e na Europa.

A distinta natureza das respostas, de sua parte, redundou em trajetórias distintas sobre *o curso dos acontecimentos*: enquanto a Grande Depressão dos anos 1930 atingiu em cheio o núcleo avançado do capitalismo mundial (EUA, Alemanha e Inglaterra), daí transbordando para o resto do mundo, a crise atual vitimou, com maior intensidade, a periferia europeia (notadamente, Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal). É óbvio que a atrofia do circuito do gasto, o endividamento das famílias e a incerteza ainda afetam as economias avançadas, vitimando particularmente os imigrantes, os despossuídos e os jovens, quer nos EUA, na Alemanha, na Inglaterra, na França ou na Itália. Mas não resta dúvida que, hoje, a dramaticidade da crise é sentida, em sua maior crueza, pelas populações da franja do continente europeu.

Daí decorrem *implicações políticas* distintas: em 1929-1933, a intensidade da crise no coração do capitalismo ensejou a busca de rupturas, mais ou menos contundentes, em relação às práticas e ensinamentos do *saber convencional*. Afinal, populações inteiras em âmbito dos países capitalistas centrais se viram submetidas aos azares da crise econômica. A política econômica do nazismo, o *New Deal*, a experiência sueca e as iniciativas do *Front Populaire*, foram ações inovadoras destinadas a resgatar os países das profundezas da Depressão. A ruptura, entretanto, somente iria se materializar - de maneira consistente - após o final da Segunda Guerra, através da *formação de coalizões políticas reformistas* na Europa Ocidental e mesmo nos EUA. Seu objetivo precípuo foi o de disciplinar e orientar o funcionamento dos mecanismos de mercado, mediante a ação racional do Estado, sobretudo em um ambiente internacional condicionado pela existência da Guerra Fria.

Já na crise atual, o fato de as piores agruras serem sentidas pelos marginalizados do centro e pela periferia da Europa – e na ausência de um “inimigo comum” a ser detido – favorece a introdução de *políticas acomodatórias*, voltadas tão-somente a evitar a implosão do sistema financeiro. É fraca, em consequência, a adesão dos atores sociais e políticos no centro capitalista às propostas de reforma e disciplina do regime econômico. *Occupy Walt Street* e suas inúmeras variantes não têm o entusiasmo e o apoio popular dos projetos transformadores do *New Deal*, do Plano Beveridge ou de Bretton Woods, por exemplo.

É sobre esses temas que se pretende discorrer. Com o intuito de ordenar a discussão, não serão tecidas maiores considerações sobre *as origens* e a morfologia das duas crises. É sobre a *natureza das respostas*, o *curso dos acontecimentos* e as consequentes *implicações políticas* que iremos nos deter, buscando estabelecer um contraponto entre a Grande Depressão e a crise atual.

Peculiaridades da questão fiscal

Começemos pela questão fiscal. Observamos em outra oportunidade¹, que uma intervenção vigorosa - como a empreendida recentemente no resgate ao sistema financeiro - seria impensável em 1929. Não se deve esquecer que o *saber convencional* nos anos 1920s era determinado pelas regras do padrão-ouro. Em seus mandamentos, as ações expansionistas (sobretudo fiscais) eram vistas com suspeição por – supostamente - alimentar a inflação e precipitar, dessa forma, a desvalorização cambial. Câmbio fixo e orçamentos equilibrados conformavam, em verdade, uma unidade indissociável. A defesa do câmbio era o objetivo supremo, que condicionava a política monetária e, na prática, anulava a política fiscal. A verdade é que corações e mentes – tanto à direita, quanto à esquerda² - professavam, naquela conjuntura histórica, sua crença mítica nas virtudes das *finanças saudáveis*.

¹ F. Mazzucchelli, “A Crise em Perspectiva: 1929 e 2008”. Novos Estudos Cebrap, Novembro 2008.

² Antes da ascensão do nazismo em 1933, Rudolf Hilferding - o renomado economista marxista da Social Democracia Alemã – ao repudiar de modo veemente um plano de expansão dos gastos públicos elaborado pelos sindicatos (Plano WTB), dogmaticamente

O aprofundamento da crise nos anos 1930, contudo, vitimou milhões e milhões de trabalhadores por todo o mundo, em particular no núcleo central das economias capitalistas: a taxa de desemprego em 1932 alcançou as cifras dramáticas de 30,1% na Alemanha, 23,6% nos EUA e 15,6% na Inglaterra. Neste mesmo ano, a queda da produção industrial – em relação aos níveis de 1928 – foi próxima a 40% na Alemanha e nos EUA. Era impossível que os países continuassem a assistir passivamente o desenrolar dos acontecimentos, na vã esperança de que a “correção automática” dos mecanismos de mercado relançasse as economias à senda do crescimento. A profundidade da crise ensejou a formação de novas coligações políticas, dispostas a se libertar – cada qual à sua maneira – dos grilhões do saber convencional. Afinal, a operação espontânea das forças do mercado havia lançado o mundo ao desastre, e nada fazia supor que, sem a intervenção vigorosa do Estado, o quadro pudesse ser revertido.

Foi somente na Alemanha de Hitler - e, em menor medida, na Suécia - que a política fiscal (no caso, a expansão dos gastos públicos) foi utilizada como um mecanismo intencional e explícito de estímulo às atividades econômicas. No caso da Alemanha, os resultados foram espetaculares: entre 1932 e 1936, o crescimento *real* do produto foi da ordem de 40%. O contingente de desempregados, cerca de 5,6 milhões em 1932, caiu para 1,6 milhão em 1936, e 430 mil em 1938. Na avaliação de Bleaney³ (1985: 72), a experiência alemã sob o nazismo configurou o “*mais bem-sucedido exemplo de uma resposta keynesiana à depressão*”. É claro que o sucesso dos nazistas na assombrosa recuperação da economia alemã esteve umbilicalmente ligado ao controle despótico exercido sobre a economia e a sociedade, mas não há como negar o papel crucial exercido pelos gastos comandados pelo Estado. Na Suécia, sob a inspiração teórica dos trabalhos de Gunnar Myrdal, os socialdemocratas (em coalizão com os agrários) recorreram intencionalmente aos gastos governamentais e ao déficit público como armas (circunstanciais) de combate à depressão. Os resultados foram auspiciosos: a produção industrial cresceu cerca de 50% entre 1932 e 1936, e a taxa de desemprego se reduziu em cerca de 40%. Ainda que os gastos públicos – ao contrário da Alemanha – não tenham sido os principais responsáveis pela recuperação (comandada, no caso, pelos investimentos privados e pelas exportações), sua importância – sobretudo no biênio 1934-35 - não pode ser negligenciada. Mais ainda: por terem resultado de uma percepção teórica inovadora – contraposta ao credo deflacionário do *saber convencional* -, indicaram modalidades de atuação que seriam utilizadas no futuro. O caráter inovador da experiência sueca é tão maior quando se constata que, em 1936, Roosevelt ainda era adepto dos orçamentos equilibrados, a Inglaterra cultuava reverências monótonas à prudência fiscal, e a França (até setembro) permanecia fervorosamente atada às regras rígidas do padrão-ouro.

As necessidades da guerra, obviamente, sepultaram os pruridos em relação à ortodoxia fiscal. O financiamento dos gastos militares resultou na brutal elevação da dívida pública (nos EUA, a título de

asseverou que “se [os formuladores do Plano] pensam que podem mitigar uma depressão através de obras públicas, eles simplesmente estão demonstrando que não são marxistas (...)”. Ver S. Berman, “*The Primacy of Politics – Social Democracy and the Making of Europe’s Twentieth Century*”. Cambridge University Press, 2006, pp.112-4.

³ M. Bleaney, “*The Rise and Fall of Keynesian Economics*”. New York: St. Martin’s Press, 1985, p.72.

exemplo, o estoque da dívida cresceu cerca de 400% entre 1940 e 1945) e na expansão monetária. As pressões inflacionárias, inevitáveis em um contexto atípico de desequilíbrios de oferta, aumento da liquidez e elevação agregada do poder de compra, foram contornadas – com maior ou menor sucesso - através do racionamento, do controle de preços, das limitações ao crédito e da tributação seletiva. O crescimento do produto foi extraordinário, sobretudo nos países que não tiveram seus territórios invadidos: entre 1939 e 1943, a variação real do PIB na Inglaterra foi superior a 25%. Nos EUA a expansão foi ainda maior, alcançando a excepcional cifra de 72% no período 1939-1944. O desemprego, em consequência, se reduziu de maneira impensável nos tempos de paz: em 1939 havia 1,5 milhão de desempregados na Inglaterra. Em 1943 eles eram apenas 82 mil. Nos EUA, o número de desempregados caiu de 9,5 milhões em 1939, para 670 mil em 1944.

Se a Segunda Guerra Mundial foi, certamente, a experiência mais vergonhosa que a humanidade já assistiu (deixando em seu rastro 50 milhões de mortos), um de seus poucos legados positivos foi a demonstração cabal de que o direcionamento consciente do gasto público é o instrumento mais eficaz para erguer as nações dos escombros de uma depressão econômica. A demência de Hitler obrigou Roosevelt e Churchill a aderirem ao *keynesianismo bélico*, replicando a experiência do *Führer* nos anos 1930. Com a paz, forjou-se o consenso que o manejo apropriado da política fiscal era um fator essencial de estabilidade, fundamental para a atenuação das flutuações cíclicas: o fiscalismo tosco dos “orçamentos (sempre) equilibrados” cedeu lugar à percepção de Myrdal e Keynes, de que as finanças realmente “saudáveis” devem ser deficitárias nos anos difíceis, e superavitárias nas conjunturas de expansão.

A estruturação virtuosa que se implantou nas economias capitalistas do pós-guerra teve no gasto público – para não mencionar o crédito comandado pelo Estado, essencial para explicar o impulso econômico do Japão, da Alemanha, da Itália e da França - um de seus pilares fundamentais. Os estabilizadores automáticos (seguro-desemprego, transferências aos indivíduos, sustentação de preços mínimos) nos EUA, os investimentos públicos na França e na Itália, a implantação do *National Insurance System* e do ambicioso *National Health Service* na Inglaterra, a consolidação do *Welfare State* nos EUA e no conjunto da Europa, e a gama de subsídios concedidos à agricultura e aos setores economicamente mais frágeis – indicaram uma modalidade de intervenção absolutamente distinta daquela até então prevalecente. Os orçamentos públicos se ampliaram, com a consequente elevação das despesas públicas na criação e composição do produto. Entre 1950 e 1973, a título de exemplo, a despesa dos governos cresceu de 28 % para 39% do PIB na França, de 30% para 42% na Alemanha Ocidental e de 34% para 42% no Reino Unido. Como lembra Judt⁴, “a história de sucesso do capitalismo europeu do pós-guerra foi por todo o lado acompanhada por um papel crescente do setor público”.

⁴ T. Judt, “Pós-Guerra – História da Europa Desde 1945”. Lisboa: Edições 70, 2005, pp.418-9.

Importa destacar que daí não resultou qualquer desequilíbrio fundamental, já que se promoveu, ao mesmo tempo, o aumento da carga de impostos e contribuições do setor privado (empresas e famílias), em relação aos níveis anteriores à guerra. Ademais, o crescimento continuado do produto expandiu, de maneira sistemática, a base de receitas do setor público. Como destaca Belluzzo⁵, ao longo do pós-guerra “*não havia déficit público ‘estrutural’, salvo nos períodos de suave flutuação do nível de atividade, sendo logo tais desequilíbrios absorvidos pela retomada do crescimento. Isto porque o continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos.*”

Há uma peculiaridade nos recentes *rounds* de resgate do sistema financeiro, que tornam a intervenção estatal essencialmente distinta em relação aos tempos da Grande Depressão e do pós-guerra. No auge da Depressão, as ações de Hitler, dos suecos e mesmo de Roosevelt, objetivaram a recuperação da produção e do emprego. Os gastos públicos direcionados à infraestrutura e à indústria de base na Alemanha, a proteção aos trabalhadores na Suécia, ou os inúmeros programas do *New Deal* - todas essas iniciativas tinham por base o suposto de que cabia ao dispêndio público a tarefa primordial de reanimar a economia. Neste sentido, seu sucesso foi inegável: ao se inscreverem em um processo de restauração e recuperação do circuito gasto-produção-emprego-renda, as despesas patrocinadas pelo Estado contribuíram (com maior ou menor sucesso) para mitigar os efeitos devastadores da Depressão. O mesmo pode ser dito dos gastos do governo no pós-guerra, quer com o investimento ou com o *Welfare State*: eles representaram componentes importantes de sustentação e estabilidade da demanda agregada.

Já os atuais aportes ao sistema financeiro norte-americano e europeu em nada contribuíram – ou contribuem – para a recuperação das economias. Os recursos empoçaram no caixa dos bancos e instituições financeiras que - avessos ao risco, após as tropelias que culminaram com a crise de 2008 – tornaram-se extremamente parcimoniosos na concessão de novos créditos (sobretudo em um quadro ainda nebuloso em relação à solvência dos potenciais devedores). O resultado é que os dispêndios públicos não se materializaram em novos gastos. A despesa pública tornou-se, assim, prisioneira da *armadilha da liquidez*: os recursos saíram do Tesouro, migraram para os bancos privados, e não se traduziram em novos empréstimos. É exatamente por essa razão que os países que dispõem de sistemas públicos de financiamento (o caso da China é exemplar) têm melhores condições de se contrapor à crise.

Mas não há dúvida que os desembolsos públicos foram essenciais para evitar o aprofundamento da crise, que inevitavelmente ocorreria com a implosão do sistema financeiro. Dessa forma, enquanto a função dos gastos públicos nas iniciativas de combate Depressão e na estruturação do pós-guerra foi a de *regenerar e expandir* o circuito do gasto, sua função na presente crise – notadamente no que se refere aos países do centro capitalista - foi a de, na medida do possível, *evitar a sua atrofia*. É por essa razão que a recente

⁵ L.G.M. Belluzzo, “*Os Antecedentes da Tormenta – Origens da Crise Global*”. Campinas: Editora Unesp & Edições Facamp, 2009, p.101.

elevação da dívida pública não se traduziu na expansão do produto e na redução expressiva do desemprego. Os EUA, por exemplo, tinham uma taxa de desemprego de 4,6% em 2007. Com a eclosão da crise, esta se elevou para níveis próximos a 10%. O socorro aos bancos fez com que a dívida pública líquida, como proporção do PIB, saltasse de 43% em 2007 para 78% em 2012. A taxa de crescimento, que foi negativa no biênio 2008-9, teve um desempenho bastante modesto entre 2010-2 (média de 2,1%), o que redundou em uma redução apenas discreta do desemprego (9,0% em 2012). O mesmo fenômeno se repetiu na Inglaterra: a dívida pública líquida dobrou entre 2007 e 2012 (de 38,2% para 77,0% do PIB), enquanto a variação média do produto foi de 1,4% entre 2010-12, com o desemprego permanecendo ao redor de 8,0% (5,4% em 2007).

Já na periferia da Europa a situação é outra. Ancorados no euro, os países da “franja” europeia foram envolvidos pela expansão do crédito intraeuropeu nos anos 2000, o que suscitou a formação de bolhas imobiliárias e a explosão do consumo. Não houve, de início, nenhum desajuste fiscal: o crédito farto irrigou as economias, o que se traduziu na elevação do endividamento privado e no crescimento das importações. Como lembra Belluzzo⁶, “*nos tempos de euforia, os "gastadores" apresentavam contas correntes amplamente deficitárias e resultados fiscais superavitários*”. A Espanha, por exemplo, exibiu superávits fiscais entre 1% e 2% do PIB entre 2005 e 2007, com déficits em transações correntes entre 7% e 10%. Com a eclosão da crise, o socorro do governo aos bancos resultou – assim como nos países centrais – na deterioração das contas públicas. No caso da Espanha, os superávits se transfiguraram em déficits fiscais da ordem de 10% do PIB no biênio 2009-2010, o que fez com que a dívida pública saltasse de 26,5% em 2007, para níveis superiores a 55% em 2011-2. O socorro aos bancos – é importante destacar - se fez acompanhar da concomitante contração do crédito: em consequência, o produto despencou e a taxa de desemprego se elevou para níveis alarmantes, superiores a 20% (50% no caso dos jovens). Estima-se que a virtual paralisia do crédito, desde o início da crise, vitimou cerca de 450 mil pequenas e médias empresas espanholas⁷.

Cabe, aqui, uma consideração: os níveis relativos de endividamento público (dívida/PIB) da Espanha são equivalentes aos da Alemanha, e inferiores aos da Inglaterra, EUA, França ou Japão. O problema maior, contudo, não é o estoque, mas sim o fluxo da dívida. O que está em questão é a capacidade de o país honrar a solvência de seus títulos soberanos (denominados na moeda europeia), o que remete às possibilidades – no caso, limitadas – de obtenção dos recursos destinados ao pagamento dos débitos. É por essa razão que a contrapartida exigida pelas autoridades internacionais (Banco Central Europeu, União Europeia e FMI) no aporte de recursos emergenciais – de modo a impedir o *default* - foi a imposição de um rigoroso ajuste fiscal. É este também o caso dos demais países da periferia europeia: a garantia de sobrevivência dos bancos locais e da solvabilidade dos títulos soberanos (em muitos casos em poder de tomadores do núcleo central) foi condicionada à aplicação deliberada de severas políticas deflacionárias.

⁶ L.G.M. Belluzzo, “*Salve-se Quem Puder*”. Carta Capital, 30/11/11.

⁷ Valor 04/04/13, p.14: ‘*Aperto no crédito continua e dizima PMEs na Espanha*’.

A sequência dos acontecimentos praticamente obedeceu a um padrão comum: as economias mais acahadas do continente europeu que aderiram ao euro foram capturadas – na expansão dos anos 2000 – pelas delícias do crédito barato (proporcionado pelos bancos alemães, austríacos, franceses e ingleses). Os bancos locais foram a correia de transmissão do crédito. As famílias se endividaram, expandiram o consumo e o preço dos imóveis disparou. É claro que a continuidade do processo passou a depender da manutenção do fluxo regular de empréstimos. Com a reversão, o crédito minguou, o preço dos imóveis despencou e os bancos locais se viram às voltas com devedores inadimplentes. Os governos saíram, então, no socorro aos bancos: captaram recursos através da emissão de títulos soberanos e os transferiram às instituições financeiras. Começaram, na sequência, as suspeitas em relação à capacidade de os governos honrarem seus compromissos. O *default* somente foi evitado (não na Grécia, onde os tomadores foram obrigados a arcar com perdas) graças aos aportes emergenciais das autoridades internacionais. Em contrapartida, os países foram constringidos a buscar superávits fiscais a qualquer custo, de modo a obter os recursos destinados ao pagamento das dívidas. É claro que a geração de superávits em meio a um contexto recessivo é uma tarefa inglória, mas este é um roteiro que, em derradeira análise, já esteve presente nas inúmeras atribulações dos anos 1920 e 1930⁸ e, mais recentemente, nas sucessivas condicionalidades impostas pelo FMI aos países vitimados pela crise da dívida externa. Os resultados, como se sabe, foram melancólicos.

Chega-se, dessa forma, ao resultado singular de que, na periferia europeia, a elevação dos gastos públicos (o socorro aos bancos) não esteve associada à regeneração, expansão ou sustentação da demanda agregada, mas sim à sua *contração*. A ampliação do déficit e da dívida pública, nesse caso, transformou-se na *porta de entrada para a imposição forçada de políticas deflacionárias*, que resultaram na manutenção de níveis extremamente elevados de desemprego.

As tabelas a seguir ilustram as três situações expostas:

⁸ Cabe aqui uma breve referência à Alemanha, hoje a principal defensora das políticas de austeridade para a periferia europeia. Com o Plano Dawes de 1924, a Alemanha - em troca de um empréstimo emergencial - viu-se obrigada a abandonar a gestão soberana de sua política econômica: as contas públicas e as contas externas passaram a ser monitoradas pelo Agente Geral de Reparações enviado a Berlim, e o *Reichsbank* foi submetido a uma gestão partilhada. O objetivo do Plano era o de, através do corte dos gastos públicos e da contenção da demanda agregada, alcançar o superávit fiscal e o saldo comercial externo destinados a cumprir o pagamento das reparações fixadas em Versailles. O Plano, contudo, foi elaborado em uma conjuntura internacional de abundante liquidez, e os títulos alemães logo passaram a despertar o apetite dos investidores internacionais (sobretudo norte-americanos), ansiosos por *yields* generosos. A Alemanha foi inundada por empréstimos externos e, entre 1924 e 1928, navegou em águas aparentemente tranquilas. Quando - no final de 1928 - houve a reversão no fluxo de empréstimos, os compromissos internacionais tornaram-se insuportáveis. Brüning, através de uma sucessão de decretos deflacionários (corte de salários, demissões, elevação de impostos), procurou gerar o ansiado superávit nas contas públicas e externas. O resultado foi o aprofundamento da depressão, sobretudo após as quebras bancárias de meados de 1931. Em 1932 o desemprego atingiu um terço da força de trabalho, sem que fossem alcançados os almejados superávits fiscal e externo. Ver F. Mazzucchelli, “*Os Anos de Chumbo – Economia e Política Internacional no Entreguerras*”. Campinas: Editora Unesp & Edições Facamp, 2009, pp. 157-177. Como se vê, as más lições são sempre úteis, sobretudo quando se trata de recomendá-las aos vizinhos mais pobres!

DÍVIDA E CRESCIMENTO

Alemanha	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Dívida /PIB*	30,0	32,7	32,4	36,3	41,5	44,6	53,3
Varição PIB	-7,3	5,9	9,3	7,6	8,7	10,9	10,5
Desemprego	30,1	26,3	14,9	11,6	8,3	4,6	2,1
EUA	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Dívida /PIB	29,1	39,6	44,9	41,8	43,6	42,0	42,3
Varição PIB	-13,3	-1,7	7,8	8,1	14,2	4,6	-4,4
Desemprego	23,6	24,9	21,7	20,1	16,9	14,3	19,0

* Os dados referentes à dívida alemã estão subestimados, em virtude da não inclusão das MEFO bills.

Fontes: PIB: Maddison (1991); Desemprego: Mitchell (1992; 1993); Overy (1996); Barkai (1990); Stein (1994).

Observe-se a extraordinária redução do desemprego na Alemanha a partir de 1934. A elevação do desemprego e a contração do PIB nos EUA em 1938 deveram-se à tentativa (frustrada) de Roosevelt de equilibrar as contas públicas. Em ambos os casos, as variações positivas do PIB se associaram – em maior medida na Alemanha – ao aumento dos gastos públicos (expresso na elevação da relação dívida /PIB).

DÍVIDA E ESTAGNAÇÃO

EUA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida /PIB*	42,0	42,9	48,7	60,6	68,3	72,6	78,4
Varição PIB	2,7	1,9	-0,3	-3,5	3,0	1,5	1,8
Desemprego	4,6	4,6	5,8	9,3	9,6	9,1	9,0
Inglaterra	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida /PIB	38	38,2	46,6	60,9	67,7	72,9	77,0
Varição PIB	2,8	2,7	-0,1	-4,9	1,4	1,1	1,6
Desemprego	5,4	5,4	5,6	7,5	7,9	7,7	7,8

Fonte: FMI

O socorro aos bancos foi, tanto nos EUA como na Inglaterra, o principal responsável pela elevação da relação dívida/PIB a partir de 2008-9. Evitou-se, assim, a *débâcle* generalizada. O PIB passou a ter variações modestas, mas o desemprego permaneceu em níveis ainda elevados. As vítimas são os imigrantes, os inferiorizados na escala social (*déclassés*) e os jovens. A rede de proteção social ainda garante benefícios mínimos, mas a precarização das relações trabalhistas tende a avançar.

DÍVIDA E CONTRAÇÃO

Espanha	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida /PIB	30,5	26,5	30,5	41,9	48,7	56,0	58,7
Varição PIB	4,0	3,6	0,9	-3,7	-0,1	0,8	1,1
Desemprego	8,5	8,3	11,3	18,0	20,1	20,7	19,7
Irlanda	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida /PIB	15,8	11,2	24,6	42,3	78,0	99,0	104,6
Varição PIB	5,3	5,2	-3,0	-7,0	-0,4	0,4	1,5
Desemprego	4,4	4,6	6,3	11,8	13,6	14,3	13,9

Fonte: FMI

Da mesma forma que nos países mais avançados, a elevação da relação dívida/PIB na Espanha e na Irlanda decorreu, basicamente, do socorro dos governos aos bancos. A contração do crédito resultou na virtual paralisia do sistema econômico e na explosão do desemprego. As recomendações das autoridades internacionais apontam para a permanência do estado de prostração econômica da periferia europeia.

As reações à Grande Depressão dos anos 1930

As crises sempre suscitam respostas. Elas tanto podem ser audazes e inventivas, quanto parciais e paliativas, ou simplesmente inócuas. É a correlação política que, em derradeira análise, estabelece os limites e possibilidades das distintas alternativas. Ao se observar as reações à crise atual, contrapondo-as às iniciativas empreendidas nos anos 1930 e no pós-guerra, é possível perceber a existência de padrões de comportamento essencialmente díspares. Na esteira da Grande Depressão, as respostas foram nitidamente *diferenciadas*, variando da ousadia do experimento nazista, passando pela inovação do *New Deal* e do Acordo de Saltsjöbaden, pelo reformismo contido dos ingleses, ou pelo imobilismo da França. Já nos pós-guerra, estabeleceu-se um amplo consenso que resultou – guardadas as especificidades e desafios nacionais – em *ações uniformes*, visando a sustentação de níveis máximos de ocupação e a consolidação do estado de bem-estar social. Já na crise atual, o que se observa é uma *uniformidade negativa*, marcada pela resignação em relação à dominação das finanças e pela *timidez* no enfrentamento das questões cruciais. Apresentam-se, na sequência, as principais respostas à depressão dos anos 1930.

Suécia

Em janeiro de 1933, no mesmo mês em que Hitler chegou ao poder, os socialdemocratas passaram a comandar o governo sueco. Munidos de uma reflexão teórica inovadora nos assuntos econômicos e com uma plataforma política pluriclassista, os socialdemocratas foram especialmente habilidosos no enfrentamento da crise. Esta se projetou sobre o país fundamentalmente através da queda das exportações, cujo volume declinou mais de 35% entre 1929 e 1932. Antes mesmo da ascensão dos socialdemocratas, o país – seguindo os passos da Inglaterra – já havia abandonado o padrão-ouro em setembro de 1931, e introduzido uma política monetária de orientação não contracionista. Isto não impediu, contudo, a propagação da crise em 1932, ainda que em proporções mais brandas em relação aos EUA ou à Alemanha⁹.

No verão de 1933, os suecos atrelaram a *krona* à libra (*pegging policy*), não sem antes promoverem uma discreta desvalorização, o que assegurou a competitividade de suas exportações à Inglaterra (principal mercado consumidor). Evitou-se, assim, ao contrário do que ocorreria na França, a valorização da moeda local. Mais ainda, em oposição ao que ocorreu na Alemanha de Brüning, os suecos defenderam – mesmo em

⁹ Ver L. Jonung, “The Depression in Sweden and the United States: A Comparison of Causes and Policies”, in K. Brunner (ed.), “*The Great Depression Revisited*”. Boston: Martinus Nijhoff Publishing, 1981.

meio à escalada do desemprego, que atingiu seu auge no início de 1933 - a manutenção dos salários nominais para o conjunto da economia. Através de um acordo político cuidadosamente articulado - que resultou na aliança formal com os representantes da agricultura (*cow trade*) -, os socialdemocratas, mediante a regulação de preços e a compra de estoques, buscaram preservar o poder de compra dos agricultores. Compreende-se a importância econômica e política desta iniciativa quando se constata que, em 1930, mais de 35% da população economicamente ativa se encontrava ocupada na agricultura. Foi, contudo, a utilização consciente da política fiscal – através de um programa de gastos que privilegiou o investimento público – a grande inovação dos suecos. Segundo Arndt¹⁰, “a principal inovação do Governo Trabalhista [socialdemocrata] (...) foi a adoção de uma política de utilização deliberada do orçamento do Estado como um instrumento de recuperação. (...) A política fiscal compensatória foi extremamente bem-sucedida na Suécia”. Myrdal, já se mencionou, entendia que os orçamentos deveriam ser deficitários nas conjunturas de baixa, e superavitários nas conjunturas de alta do ciclo econômico.

Os resultados foram amplamente satisfatórios: o PIB cresceu a uma taxa média anual de 6,0% entre 1934-7, a expansão da produção industrial foi de 66,0% entre 1933-37, o volume de exportações se ampliou em 60% entre 1932-7, e a taxa de desemprego – mesmo tendo ainda permanecido em níveis próximos a 10% no final da década – se reduziu de modo significativo. A experiência sueca, por seu ineditismo, suscitou uma sucessão de ponderações e críticas: o impacto da política fiscal teria sido desprezível na explicação da recuperação; a retomada do crescimento da Inglaterra entre 1933-7 é que teria permitido a expansão das exportações suecas e, portanto, relançado a economia; a condução da política monetária – e não a política fiscal - é que teria amenizado o impacto da crise; o *cow trade* teria resultado na elevação dos preços dos bens-salário, comprometendo o ganho real dos trabalhadores; a Segunda Guerra, e não a socialdemocracia, é que teria eliminado o desemprego; a experiência sueca teria sido sobrevalorizada pela publicidade e notoriedade de seus economistas etc. etc.

Algumas qualificações podem até ser verdadeiras, mas é necessário - como sempre - reter o fundamental: através de um acordo social abrangente, e libertos dos grilhões obtusos do saber convencional, os socialdemocratas souberam não apenas se contrapor à crise, como construir uma rota segura e duradoura para a nação. A hegemonia social democrata na Suécia se prolongou por 44 anos ininterruptos. Wigforss, familiarizado com os escritos de Keynes, permaneceu no Ministério das Finanças de 1932 a 1948. Tage Erlander exerceu o cargo de Primeiro Ministro de 1946 até 1969. Não apenas os representantes da agricultura foram envolvidos nas negociações com os socialdemocratas. Através do Acordo de Saltsjöbaden de 1938, os industriais – de início, receosos – aderiram a uma plataforma econômica e política que incluía a proteção aos trabalhadores, o exercício de políticas fiscais compensatórias, os estímulos ao investimento e a

¹⁰ H.W. Arndt, “*The Economic Lessons of the Nineteen-Thirties*”. London: Frank Cass and Company Limited, 1972, pp. 209; 219.

implantação do Estado de Bem Estar Social mais avançado do mundo¹¹. Não sem razão a experiência sueca – gestada e implantada ao longo dos anos 1930 – converteu-se em um exemplo marcante e pioneiro no pós-guerra.

Alemanha

Na Alemanha, a tentativa inicial de combater a recessão com a deflação (Brüning) resultou na depressão selvagem. As angústias dos alemães passaram a clamar por soluções radicalmente distintas das preconizadas pelo figurino ortodoxo. Essas últimas haviam levado ao aprofundamento da crise. Neste contexto, é importante assinalar dois equívocos estratégicos: o primeiro foi o do Partido Comunista Alemão (KPD) que, em reverência às diretrizes emanadas de Moscou, insistia em qualificar a socialdemocracia (SPD) como a representação política do “social fascismo”. Este, obviamente, era o momento em que as forças democráticas - incluído o centro católico - deveriam ter se unido na defesa da República e na promoção de um programa emergencial de combate à depressão. O sistemático avanço da votação conseguida pelos comunistas entre 1924 e 1932 (saltando de 9,0% para 17,0%) pode ter ensejado a falsa percepção de que estes se converteriam no principal polo de aglutinação na resistência ao nacional socialismo (NSDAP). Este foi um erro palmar, já que, nas duas eleições de 1932, a soma dos votos obtidos pela socialdemocracia e pelas forças do centro (36,3% em julho e 35,2% em novembro), foi equivalente à alcançada pelos nazistas (37,% e 33,1%). A pretensão dos comunistas em liderar a oposição ao nazismo terminou por facilitar os planos de Hitler. De outra parte, como já mencionado, a recusa dos socialdemocratas em subscrever o plano de expansão dos gastos públicos (WTB) elaborado pelos sindicatos, jogou por terra uma possibilidade efetiva de mitigar os efeitos devastadores da depressão. A ilusão de que o “ciclo de negócios” deveria seguir seu curso normal, somada à paranoia de que a ampliação do déficit público pudesse ressuscitar o fantasma da hiperinflação, gerou – na social democracia alemã - um imobilismo político e propositivo, inadmissível nas terríveis condições que o país atravessava. O enfrentamento da crise exigia soluções enérgicas, mas os socialdemocratas aparentemente permaneceram aferrados à ingênua e tosca esperança de que, em algum momento no tempo, as condições estariam maduras para a implantação do socialismo na Alemanha.

Ao ser escolhido por Hindenburg para chefiar o governo alemão em janeiro de 1933, Hitler desde logo percebeu que era fundamental alterar o rumo dos acontecimentos. Paralelamente ao esmagamento dos sindicatos e à perseguição cruel aos comunistas e socialdemocratas, empreendeu uma cruzada destinada a reabilitar a economia alemã. A “Batalha do Emprego” foi travada através da mobilização dos recursos do *Reichsbank*, do enquadramento do fragilizado sistema bancário privado alemão, da criação de moeda privada com garantia oficial (*MEFO bills*) e da utilização das receitas do Tesouro, de modo a promover a expansão dos gastos públicos. Somente a partir de 1936, uma vez consolidada a recuperação, é que os gastos

¹¹ Ver P. Gourevitch, “*Politics in Hard Times – Comparative Responses to International Economic Crises*”. Ithaca: Cornell University Press, 1986, pp. 131-5; 178-9.

militares passaram a ocupar posição determinante na composição do dispêndio público. O êxito do programa empreendido, já se observou, foi inegável. Mais ainda, ao reduzir dramaticamente o desemprego, Hitler obteve – apesar do fechamento dos sindicatos - a simpatia de milhões de trabalhadores: os deserdados do mercado converteram-se nos Soldados da Nova Ordem; ao garantir a preservação do poder de compra dos agricultores (29% da população economicamente ativa em 1933), sedimentou sua base de sustentação no campo; ao garantir encomendas à indústria e reanimar a demanda agregada, contou com o entusiasmo de setores empresariais relevantes; ao salvar os bancos da estatização pretendida por Gottfried Feder (o teórico nazista que denunciava a “escravidão dos juros”), submeteu-os às prioridades do nacional-socialismo; ao assassinar – na Noite das Facas Longas - as lideranças das *SAs* (Ernst Röhm), conseguiu a obediência do Exército. Hitler obteve, desta maneira, uma vasta base social de apoio a suas políticas.

É certo que a economia, no estado nacional socialista, foi convertida em um ramo da política, e esta na expressão da vontade do *Führer*. Ao contrário do *New Deal*, da experiência sueca, das iniciativas dos ingleses ou dos franceses - que transcorreram em um ambiente de preservação dos rituais democráticos – a resposta nazista à crise foi imensamente beneficiada pela implantação de um regime de terror. Somente através da violência do Estado foi possível estabelecer um sistema férreo de controles sobre os salários, os preços, o comércio exterior, a captação dos recursos e o direcionamento dos gastos. O aspecto a ser destacado, contudo, é que – munido de poderes ditatoriais – Hitler empreendeu uma bem-sucedida ruptura com os cânones da gestão convencional da política econômica, conseguindo reerguer a economia alemã dos dramas da depressão. Com o final da guerra, as lideranças ocidentais perceberam que algumas de suas iniciativas – desde que dissociadas de sua forma opressiva de execução - poderiam ser úteis, e até mesmo necessárias, na recuperação e expansão das economias nacionais. Foi assim, por exemplo, com o controle de preços na própria Alemanha, com o comércio exterior no âmbito da União Europeia de Pagamentos (evocando os “contratos de compensação” de Schacht) e com a montagem dos vigorosos sistemas públicos de financiamento na Europa e no Japão.

EUA

A resposta do *New Deal* foi de natureza distinta. Os EUA não foram o palco um acordo social tão amplo como o que observou na Suécia, e nem a economia norte-americana foi escravizada pela política, como na Alemanha nazista. Na verdade, Roosevelt teve que se mover em águas turvas, enfrentando a todo instante a guerrilha republicana, a resistência do mundo dos negócios, os obstáculos políticos e as decisões (nem sempre sábias) da Suprema Corte. Mais do que um experimento econômico, o *New Deal* foi, acima de tudo, uma construção política no seio de uma nação marcadamente conservadora. A violência da depressão nos EUA encontrou em Roosevelt uma liderança destemida, pronta a enfrentar os problemas e disposta a correr riscos com iniciativas audazes.

Sua primeira missão foi a de estancar o derretimento do sistema financeiro. O país assistira a três ondas de quebras bancárias (estima-se que 11 mil bancos fecharam suas portas ao longo da depressão), e qualquer ação de combate à crise deveria ter por princípio o fortalecimento do sistema financeiro. Suas iniciativas, neste particular, não apenas foram bem-sucedidas, como duradouras. Através do *Banking Act* de 1933 – no âmbito do *Glass-Steagall Act* – estabeleceram-se normas de regulação rígidas para o sistema bancário, com destaque para a separação (muro de contenção) entre os bancos comerciais e os bancos de investimento, o seguro para os depósitos bancários (FDIC) e a proibição para o pagamento de juros sobre os depósitos à vista, de modo a evitar a concorrência predatória entre os bancos (*Regulation Q*). A criação da *Securities Exchange Commission* (SEC), em 1934, tornou mais rígidos os critérios para a emissão de ações. A criação, no mesmo ano, da *Federal and Saving Loan Insurance Corporation* (FSLIC) proporcionou segurança para os depósitos em poupança e normatizou o funcionamento das companhias de seguro. Com o *Banking Act* de 1935 o poder do Fed se fortaleceu, o que resultou na centralização do comando sobre a política monetária. A legislação do *New Deal*, se foi crucial para conter a propagação da depressão, redefiniu, ao mesmo tempo, o desenho institucional do sistema financeiro norte-americano e forjou um novo marco regulatório para o setor. Neste sentido, sua contribuição foi permanente.

As iniciativas no âmbito da agricultura foram igualmente exitosas. Através das políticas de sustentação e elevação dos preços agrícolas (*acreage allotments*), do refinanciamento das dívidas, do financiamento oficial com garantia de preços mínimos, da introdução de modernas técnicas de utilização do solo (combate à erosão) e da difusão da eletrificação rural – a agricultura norte-americana se reergueu do violento abatimento a que fora submetida nos anos da depressão. Entre 1933 e 1937 a renda dos agricultores cresceu 60%, fato de extrema importância em um país em que quase um quarto da população ainda se dedicava às atividades agrícolas.

De sua parte, a legislação social implantada no *New Deal*, em 1935, foi de extraordinária importância: O *Wagner Act* assegurou aos trabalhadores o amplo direito à sindicalização e o *Social Security Act* estabeleceu o sistema de aposentadoria para os trabalhadores que alcançassem 65 anos, além do seguro desemprego. O embrião do *Welfare State* de Roosevelt nasceu da convicção de que os cidadãos não poderiam permanecer eternamente expostos aos ventos do mercado, e desamparados na velhice. A relevância deste compromisso é tão maior quando referida, não apenas ao contexto cruel da depressão, mas às tendências individualistas e dissolventes que sempre estiveram presentes na sociedade norte-americana. Não é difícil imaginar a reação enfurecida dos setores conservadores às iniciativas sociais do Presidente.

Já a política fiscal do *New Deal* foi essencialmente contraditória. Ao contrário do que ocorreu na Alemanha e na Suécia – onde o gasto público foi explícita e intencionalmente utilizado como uma arma essencial no combate à depressão – a expansão dos gastos públicos no EUA de Roosevelt foi uma decorrência inevitável das ações emergenciais que se fizeram necessárias para mitigar os efeitos da crise. Os

inúmeros programas do *New Deal* demandavam recursos públicos, elevavam o dispêndio e acarretavam déficits nas contas do governo central, mas a intenção dos *New Dealers* (à exceção de Marriner Eccles, do Fed) e de Roosevelt sempre foi a de - em algum momento no tempo - retornar ao equilíbrio orçamentário. Em poucas palavras, Roosevelt era conservador em matéria fiscal. Após a eleição de 1936, convencido por seus assessores que a recuperação se encontrava consolidada e que a inflação estaria *just around the corner*, o Presidente consentiu com a reversão da política monetária e o aperto fiscal. O resultado foi desastroso: a produção industrial despencou e 2,7 milhões de trabalhadores foram lançados ao desemprego. A *recessão na depressão* de 1938 demonstrou que era impossível ao *New Deal* permanecer prisioneiro do dogma dos orçamentos equilibrados. A partir de então, e com as nuvens da guerra cada vez mais próximas, Roosevelt abandonou de vez suas convicções fiscalistas.

O resultado dos programas do *New Deal* não pode ser subestimado: calcula-se que, em média, cerca de três milhões de trabalhadores por ano (5,7% da força de trabalho) foram retirados do desemprego em decorrência das ações, entre outras, da *Public Works Administration* (PWA), da *Civilian Corps Corporation* (CCC) e da *Works Progress Administration* (WPA) – para não mencionar o impacto extraordinário das obras da *Tennessee Valley Authority* (TVA). Milhões e milhões de trabalhadores devorados pela depressão somente viriam encontrar algum alento para suas vidas graças aos programas emergenciais do *New Deal*. Entretanto, foi apenas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial que o desemprego selvagem viria desaparecer. A conclusão que daí decorre (ao contrário do que supõem alguns críticos) é que a política fiscal foi, sim, expansiva ao longo do *New Deal*. A verdade é que ela poderia ter sido mais expansiva, não fossem os constrangimentos ideológicos, políticos e intelectuais que inibiram intervenções mais ousadas no âmbito da ação estatal.

Vistas como um todo, as iniciativas do *New Deal* revelaram-se fundamentais para retirar a economia norte-americana do atoleiro da depressão. A regulamentação do sistema bancário, a defesa da agricultura, os dispêndios das agências governamentais e a montagem do sistema de proteção social, permitiram a recuperação quase sistemática do consumo pessoal (crescimento de 46% entre 1933 e 1939), em meio à introdução de mecanismos e conquistas institucionais que iriam remodelar a face da nação. É claro que houve percalços e falhas na execução, e até mesmo na concepção do *New Deal*, mas ele só pode ser criticado pelo que fez, jamais pelo que deixou de fazer.

Inglaterra e França

Se a Alemanha, os EUA e a Suécia promoveram respostas inovadoras, o mesmo não pode ser dito da Inglaterra e, sobretudo, da França. Com a desvalorização da libra, em setembro de 1931, a Inglaterra pôde usufruir do *dinheiro barato*, já que as amarras douradas deixaram de constranger o exercício da política monetária. Paralelamente à redução da *discount rate*, promoveu-se uma exitosa operação de troca de títulos públicos, que redundou na diminuição do serviço da dívida interna. No *front* externo, a Inglaterra promoveu

a elevação das tarifas de importação e aprofundou as relações comerciais com o Império. Desvalorização, dinheiro barato e protecionismo formaram o tripé sobre o qual se apoiou a recuperação do país nos anos 1930. Uma recuperação modesta quando comparada à da Alemanha e dos EUA, mas ainda assim superior à marcha letárgica dos países que formavam o bloco do ouro (França, Bélgica e Holanda, entre outros). Apesar de o impacto da depressão ter sido menos dramático na Inglaterra (onde os bancos não foram fulminados), e de a retomada ter se dado com antecedência em relação aos demais países (centrada na construção residencial e nas *new industries* – química, eletricidade, bens de consumo durável), o desemprego alcançou proporções elevadas - sobretudo entre 1931-5, mas também até o final da década.

Isto se explica pela recusa dos ingleses em praticarem uma política fiscal expansionista. Ao longo dos anos 1930 os orçamentos permaneceram rigorosamente equilibrados. A força da *City* e do *Treasury View* eram por demais evidentes na Inglaterra, e inibiram quaisquer iniciativas mais ousadas em termos da política fiscal. Os líderes trabalhistas britânicos (Ramsay Mac Donald e Philip Snowden), no poder desde junho de 1929, converteram-se em defensores e executores das *sound finances* recomendadas pelos círculos conservadores. De nada adiantaram as pregações de Keynes em 1929, 1931 e 1933, ou a pressão dos sindicatos e de outros proeminentes trabalhistas (Ernst Bevin) em prol da expansão dos gastos públicos. Alguns, inconformados com a timidez das políticas de combate ao desemprego, romperam com o Partido Trabalhista - como Oswald Mosley, que em 1932 fundou o Partido Fascista da Inglaterra. A força do *establishment* impediu que se forjasse a aliança Lib-Lab (*Liberals* e *Labor*), a única que teria condições de levar adiante um programa consistente de redução do desemprego. Com as lideranças trabalhistas emasculadas, a reação britânica à crise foi limitada, com a precaução se sobrepondo à inovação.

O caso da França foi mais melancólico. Desde a implantação do *Franc Poincaré* em dezembro de 1926, a nação permaneceu fervorosamente atada ao ouro. Em junho de 1928 deu-se a desvalorização formal do franco frente ao dólar e à libra, o que fazia supor que as condições econômicas tornar-se-iam mais promissoras. Tal não foi o caso: o crescimento de 1928-9 foi prontamente abortado pela depressão mundial e o país ingressaria em uma desoladora rota de estagnação. Basta um dado para ilustrar a decadência francesa nos anos trinta: nos seis anos que transcorreram entre 1930 e 1935, o crescimento do PIB *foi negativo* em cinco deles (a exceção foi 1933). Por detrás deste resultado encontra-se a devoção dos franceses ao ouro. Defender a paridade tornou-se sinônimo de defesa da nação. Nada que pudesse ameaçar a *paridade sagrada* poderia ser sequer cogitado. O equilíbrio orçamentário, em decorrência, tornou-se a *pièce de résistance* da gestão econômica do país. O déficit público seria a antessala da tão temida inflação, e esta poria por terra a paridade consagrada em 1928. Reversivamente, a desvalorização – no entendimento dos franceses – resultaria na inflação, o demônio a ser exorcizado. Esta concepção estreita e simplista – sobretudo em um contexto de depressão e deflação – não foi partilhada, apenas, pelos círculos conservadores. Também a esquerda (à maneira da socialdemocracia alemã de Hilferding) aferrou-se ao dogma dos orçamentos

equilibrados e à defesa da paridade cambial. Na observação de Kemp¹², “*um sólido bloco, dos diretores do Banco da França ao Comitê Central do Partido Comunista, clamava pela preservação da paridade de 1928*”.

Em setembro de 1931 a Inglaterra desvalorizou a libra, e já em março de 1933 teve início a desvalorização do dólar. O franco, em consequência, se valorizou. Com a valorização do franco, as exportações francesas, que já vinham de uma modesta trajetória de queda desde 1927, simplesmente desabaram: entre 1929 e 1936 sua queda – sistemática ao longo dos anos – foi da ordem de 70%. É claro que parte deste declínio é explicada pela contração do comércio internacional, mas não resta dúvida que a valorização cambial foi desastrosa para as exportações francesas. Mais ainda, ao empreenderem políticas deflacionárias destinadas a “salvar o franco”, os sucessivos gabinetes franceses (Flandin e Laval, em particular) afundaram o país na recessão. A recessão contraía as receitas públicas, o que elevava o déficit das contas governamentais. A alternativa que restava era o corte dos gastos públicos, fato que só aprofundava a recessão.

Quando os franceses, cansados da inocuidade das políticas deflacionárias, conduziram o *Front Populaire* de Léon Blum ao poder (em junho de 1936), as divisões políticas impediram a adoção de qualquer alternativa coerente de resposta à crise. Nem o *Front Populaire* resultou de um acordo social estruturado como o que se assistiria em Saltsjöbaden, e nem Blum tinha a sustentação política e popular de Roosevelt. Sitiado pelo *mur d'argent*, que prontamente promoveu a fuga de capitais – repetindo o que já fizera durante o *Cartel des Gauches*, entre maio de 1924 e julho de 1926 -, Blum converteu-se no árbitro impotente face às disputas incandescentes que opunham trabalhadores a proprietários. O Acordo de Matignon (que resultou na elevação dos salários e na introdução da jornada de 40 horas, em troca da desocupação de fábricas que haviam sido tomadas pelos operários) em nada contribuiu – antes o contrário - para assegurar a retomada da economia. Nem a desvalorização do franco, em setembro de 1936, foi de grande valia. A França – ao contrário da Suécia – convertera-se em uma sociedade convulsionada: as únicas bandeiras que uniam o país eram a defesa da República e o temor à Alemanha. A “restauração da confiança”, com a queda do *Front Populaire* em abril de 1938, tão pouco foi suficiente para ensejar perspectivas mais otimistas ao país. Vitimada pela insensatez das políticas deflacionárias em meio à depressão, pela radicalização política interna e pela desgraça da ocupação nazista, a França – por vinte anos - foi palco de uma espantosa regressão econômica: em 1948 o nível de seu PIB ainda era inferior ao de 1929.

As coligações reformistas do pós-guerra

Como se pode observar, foram as circunstâncias políticas, em derradeira análise, as principais responsáveis pela natureza diferenciada das respostas nacionais à crise nos anos 1930. As condições políticas da Suécia, por exemplo, eram distintas das prevalecentes na França. Em consequência, o Acordo de

¹² T. Kemp, “*The French Economy 1913-39 – The History of a Decline*”. Londres: Longman, 1972, p.103.

Matignon jamais poderia ter tido o alcance e a transcendência do Acordo de Saltsjöbaden. Da mesma forma, a prevalência da City no espectro político da Inglaterra jamais teria permitido a tutela do setor bancário, à maneira do que se observou na Alemanha. Hitler criou condições políticas que favoreceram a expansão contínua dos gastos públicos, o que não ocorreu na Inglaterra, na França e nem mesmo nos EUA. Havia, nestes países, poderosos grupos de interesse que defendiam encarniçadamente o equilíbrio orçamentário. Os programas do *New Deal*, de sua parte, introduzidos em meio a disputas acirradas nos EUA, seriam impensáveis no contexto atrasado da França, onde as pequenas empresas e as pequenas propriedades rurais eram a norma da vida social. O que se assistiu, assim, foi a um conjunto de ações independentes e descoordenadas, exercidas em meio às variadas limitações políticas locais, em um ambiente internacional cada vez mais carregado pela ameaça da guerra.

Os desdobramentos da Segunda Guerra criaram as condições para uma radical reversão do quadro político, tanto em âmbito mundial como no plano das nações. *A guerra, na verdade, criou novos consensos e sepultou vários mitos.* Após os longos anos de depressão e da trágica experiência do conflito mundial, não era mais admissível que os homens permanecessem indefesos frente aos ventos do mercado, subjugados por ditaduras impiedosas, ou que as relações internacionais se resolvessem pela força bruta das armas. Este foi um sentimento comum, que percorreu todo o Ocidente. A luta contra o nazismo e o militarismo japonês acendeu a esperança de que a democracia política, a proteção aos cidadãos e o funcionamento ordenado das economias deveria pautar a organização das nações. As propostas de Lord Beveridge (*Full Employment in a Free Society*) para a implantação do *Welfare State* na Inglaterra, ou as sugestões de Keynes para a constituição de uma nova ordem monetária internacional foram, inclusive, anteriores ao final da guerra. Elas exprimiam um estado de espírito latente e difundido. A luta heroica da resistência na França e na Itália, da mesma forma, não objetivou apenas a derrota militar do nazismo e do fascismo, mas, também, a criação de condições para a formação de sociedades mais justas. Em todos os países do Ocidente forjou-se a convicção de que o final da guerra abriria um novo capítulo, de prosperidade e justiça social, no âmbito das nações.

É claro que as tarefas imediatas de reconstrução eram dramáticas e imperiosas, e que havia, ainda, um penoso caminho a ser percorrido. Os desafios eram enormes: se o final do prolongado conflito foi um alívio, a dura realidade da escassez de alimentos, do racionamento de carvão, da destruição das habitações, do colapso dos transportes, das perseguições, do drama dos refugiados e das desgraças vividas – esta dura realidade ainda inibia o aflorar da esperança. Nas palavras de Lowe¹³, “*a história da Europa no imediato pós-guerra (...) não a é da reconstrução e reabilitação – ela é, antes de tudo, a história do mergulho na anarquia*”. Mais ainda, não havia clareza e nitidez política em relação aos passos a serem dados: a Alemanha encontrava-se partilhada pelas forças de ocupação (EUA, URSS, Inglaterra e França), estas em desacordo interno quanto às medidas que se deveria implementar. Os soviéticos exigiam reparações, os franceses pretendiam enfraquecer o rival histórico, os norte-americanos pretendiam desestruturar o sistema bancário alemão, enquanto os ingleses buscavam normalizar as relações com a Alemanha. O Japão, de sua

¹³ K.Lowe, “*Savage Continent – Europe in the Aftermath of World War II*”. New York: St.Martin’s Press, 2012, p.xvii.

parte, ocupado pelas forças do General Mac Arthur, encontrava-se acuado, submetido a um projeto punitivo que inibia qualquer perspectiva de recuperação. Na França e na Itália, a intensa participação dos comunistas nos movimentos de resistência credenciava-os como atores políticos legítimos e relevantes, e os governos mal conseguiam se sustentar (De Gaulle, por exemplo, sentiu-se compelido a renunciar já em janeiro de 1946). As nacionalizações na França, na Itália e na Inglaterra exprimiam uma nova percepção em relação ao papel do Estado na economia, mas as dificuldades ainda eram notórias. Na Inglaterra, onde os trabalhistas de Attlee destronaram Churchill em julho de 1945, a situação do balanço de pagamentos era crítica, e o rigoroso inverno de 1946-7 tornou as condições de vida ainda mais difíceis. O sonho da construção do *Welfare State* parecia condenado pela miséria da economia: Laqueur¹⁴ observa que “*o grande problema enfrentado pelo Partido Trabalhista em 1945 era o de construir um estado de bem-estar social em um país praticamente falido*”. Nos EUA, de modo semelhante ao que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, os republicanos retomaram o controle das duas casas legislativas nas eleições de 1946 e deram início a uma cruzada obscurantista voltada à perseguição da esquerda e à tentativa de anular as conquistas do *New Deal*.

O que se pretende salientar é a complexidade do quadro que emergiu no imediato pós-guerra. Não havia, ainda, um consenso sedimentado em relação às formas de condução da economia e da política. Havia, sim, uma esperança difusa em relação ao futuro, mas as dificuldades materiais e os desentendimentos políticos inibiam perspectivas mais promissoras para os países. Dois fatos interligados contribuíram, de modo central, para a alteração no rumo dos acontecimentos: a massacrante superioridade econômica dos EUA e a eclosão da Guerra Fria. Os aportes norte-americanos através da *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA – criada em 1943, por inspiração de Roosevelt, e especialmente ativa entre 1945-7) foram absolutamente decisivos para que a Europa não mergulhasse no desconhecido. Foram apenas as doações da UNRRA que permitiram que as carências mais gritantes fossem superadas. De outra parte, o anúncio da Doutrina Truman e do Plano Marshall, em março e julho de 1947, respectivamente, definiram o novo marco político das relações internacionais e asseguraram aos países ocidentais um fluxo regular de recursos que se estenderia até 1952. Em uma palavra: as nações alinhadas aos EUA gozariam de tratamento privilegiado. Em troca, deveriam prestar obediência aos desígnios geopolíticos de Washington: não por acaso, em maio de 1947 os comunistas foram excluídos das coligações de poder na Itália e na França. A sucessão dos fatos em 1948-9 deu contornos finais à Guerra Fria e firmou a base política sobre a qual deveria se assentar a recuperação econômica da Europa e do Japão: em fevereiro de 1948 os comunistas tomaram o poder na Tchecoslováquia; em junho de 1948 teve início o bloqueio de Berlim (se estendendo até maio de 1949); em 1948 começaram os desembolsos do Plano Marshall e os países passaram a exibir índices razoáveis de crescimento da produção industrial; em março de 1949 foi formalizada a criação da OTAN; em agosto do mesmo ano a URSS anunciou a posse da bomba atômica; em setembro de 1949 deu-se a criação formal da República Federal da Alemanha, e em outubro as forças de Mao Tsé Tung tomaram o poder na China. Por fim, a eclosão da Guerra da Coreia, em junho de 1950, alterou definitivamente os termos do

¹⁴ W.Laqueur, “*Europe Since Hitler – The Rebirth of Europe*”. Penguin Books, 1972, p.42.

relacionamento entre os EUA e o Japão: este deixou de ser visto como um inimigo derrotado e passou a ser considerado como o principal aliado estratégico dos interesses norte-americanos no Pacífico¹⁵.

As implicações da nova configuração política internacional foram decisivas. *O ambiente tornou-se propício à formação de coalizões políticas reformistas em âmbito dos distintos países*. Forjou-se um amplo campo de entendimento do qual participaram democratas cristãos (Alemanha e Itália), social democratas (Alemanha e Suécia), socialistas (Itália), gaullistas e não gaullistas (França), trabalhistas e conservadores (Inglaterra), liberais democratas (Japão), democratas e republicanos (Estados Unidos), e até mesmo os comunistas (França e Itália). Talvez o ponto central das referidas coalizões foi *a convicção – por todos partilhada – de que era necessário domesticar o funcionamento do capitalismo*. Liberto da regulação e do controle público, o capitalismo havia produzido o desastre dos anos 1930, e era essencial reter as lições positivas das estratégias de defesa bem-sucedidas. Não por acaso, as experiências da Suécia, do *New Deal*, e até mesmo do nazismo, tornaram-se objeto de particular consideração.

No que se refere à direção econômica dos países, três aspectos devem ser destacados: em *primeiro lugar*, a ordem internacional que emergiu de Bretton Woods (de inspiração nitidamente reformista) facilitou o exercício das políticas econômicas nacionais. A existência de restrições à livre movimentação dos capitais, em particular, permitiu que os sistemas nacionais de crédito fossem direcionados para suas finalidades precípuas, vale dizer, o financiamento ao investimento, à produção e ao consumo¹⁶. A ausência de flutuações cambiais mais intensas (sobretudo a partir do realinhamento das taxas de câmbio em 1949) e a possibilidade de praticar baixas taxas de juros favoreceram enormemente a acumulação produtiva. Em *segundo lugar*, como já se destacou, a participação do Estado na economia passou a ser entendida como essencial. Construiu-se um novo consenso, a partir do qual a presença do Estado - no planejamento industrial e macroeconômico, na gestão de parcela do setor produtivo, no provisionamento da infraestrutura, no financiamento direto ao investimento e na estruturação dos sistemas de bem-estar social – tornar-se-ia vital para o direcionamento das inversões privadas e para a sustentação da demanda agregada. Em *terceiro lugar*, é importante assinalar que - em face dos quinze anos consecutivos de atribulações que transcorreram do início da depressão ao final da guerra – as oportunidades de inversão haviam se ampliado consideravelmente na Europa Ocidental e no Japão. Em particular, a possibilidade de mimetizar o padrão manufatureiro norte-americano, com base nos esforços locais, tornara-se uma realidade plausível.

Não menos importante foi a convicção, partilhada pela maior parte das correntes políticas de opinião, de que o destino dos indivíduos não poderia mais ser definido – como em tempos anteriores – tão-somente pelas vicissitudes do mercado. Estas, de um lado, deveriam ser atenuadas pela busca permanente do pleno emprego, através do manejo adequado da política fiscal. De outra parte, caberia ao Estado a responsabilidade pela vida dos cidadãos. Após as agruras da depressão e da guerra, firmou-se o entendimento de que a sorte dos homens, mulheres, idosos e crianças deveria se dissociar das intempéries da

¹⁵ F. Mazzucchelli, “*Os Dias de Sol – A Trajetória do Capitalismo no Pós-Guerra*”. Campinas: Facamp Editora, 2013, p.60.

¹⁶ Ver Belluzzo (2009: 75-6; 155-6; 283).

concorrência. Daí resultaria a teia de benefícios incorporada aos programas universais de educação, saúde e previdência; a proteção pública à infância, à maternidade e à velhice; a regulamentação da jornada e das condições de trabalho; a defesa de padrões mínimos de remuneração e o amparo do seguro-desemprego, que iriam beneficiar milhões de trabalhadores por todo o Ocidente. As tendências dissolventes do regime de produção capitalista se submeteriam, doravante, à tutela da mão do Estado: a espada de Lord Beveridge se voltaria agora contra os “cinco gigantes” que, por tanto tempo, afligiram as sociedades avançadas – O Desalento, A Ignorância, A Doença, A Miséria e A Ociosidade¹⁷.

As nações, desde logo, tinham desafios específicos. No caso dos EUA, por exemplo, a questão central que se colocou no pós-guerra não foi, propriamente, a da reconstrução ou da recuperação, mas sim a do exercício da hegemonia mundial. Dotados de uma supremacia econômica e militar incontestável, os norte-americanos – em meio às disputas da Guerra Fria – trataram de estimular a expansão capitalista em sua esfera de influência. O Plano Marshall, a abertura de seus gigantescos mercados, o apoio à integração europeia e a aceitação do protecionismo japonês se inscreveram exatamente nesta perspectiva. Ao mesmo tempo, a liderança militar do Ocidente gerou obrigações e intervenções, com o propósito de conter a expansão mundial do comunismo. Internamente, o *liberal consensus* das reformas incrementais (que se estendeu até a eleição de Nixon) tinha por base a *esdrúxula associação entre reformismo e anticomunismo*. Seu exemplo mais conspícuo foi Johnson, que lançou os ambiciosos programas domésticos da *Great Society* paralelamente à escalada da guerra do Vietnã.

Já para Inglaterra, que se viu despojada de seu outrora glorioso Império, as tarefas do pós-guerra se concentraram na defesa da libra e na defesa de seus cidadãos. A busca do pleno emprego e a consolidação do *Welfare State* converteram-se em objetivos consensuais de trabalhistas e conservadores. Ultrapassados na arena da concorrência internacional, os ingleses enfrentaram o recorrente constrangimento do balanço de pagamentos no pós-guerra, responsável pela aplicação sistemática das políticas de *stop and go* (*Butskellism*¹⁸). Isolada da integração europeia, a Inglaterra rendeu-se à supremacia da *City* e implantou um avançado e abrangente estado de bem-estar social. Suas pretensões políticas mundiais se esvaíram na desastrosa ocupação do Canal de Suez em 1956, quando foram intimados por Eisenhower a se retirar do Egito.

No caso da Alemanha, superados os percalços políticos e institucionais em 1949, a missão da democracia cristã de Adenauer e Erhard foi a de se livrar do arsenal de restrições impostas pelos nazistas, e libertar a gigantesca máquina de produção alemã. Dotados de uma estrutura industrial mais robusta e diferenciada do que seus parceiros europeus, os alemães concederam prioridade e incentivos explícitos às exportações. O demônio exportador alemão passou a exibir saldos comerciais consistentes a partir de 1952.

¹⁷ Em uma caricatura da época, Lord Beveridge aparece brandindo sua espada contra os referidos “gigantes”, por ele considerados os maiores males da Inglaterra. Ver M. Lynch, “*Britain 1945-2007*”. London: Hodder Education, 2008: 9.

¹⁸ Acrônimo resultante da fusão dos nomes de R.A. Butler (Conservador, Ministro da Fazenda entre 1951-5) e H.Gaitskell (Trabalhista, Ministro da Fazenda entre 1950-1), destinado a ilustrar a semelhança essencial da política econômica conduzida pelos dois partidos no pós-guerra.

Os milhões de refugiados foram progressivamente absorvidos pelo mercado de trabalho, e o princípio da co-determinação assegurou a paz nas relações trabalhistas. A *economia social de mercado*, longe de configurar uma reinvenção do *laissez-faire*, representou uma exitosa experiência de estímulo e controle das forças propulsoras do capitalismo local.

Já os desafios que se impunham ao Japão, à França e à Itália no pós-guerra eram distintos. Tratava-se, nesses países, de empreender um autêntico *salto de modernização*. Para tanto, foi fundamental contar com a participação decisiva do Estado. A eclosão da guerra da Coreia sepultou os preceitos deflacionários da Missão Dodge enviada ao Japão no ano anterior, e impulsionou as exportações para os EUA. Através da atuação discricionária do Ministério da Indústria e do Comércio Exterior (MITI), a entrada do capital estrangeiro foi rigorosamente disciplinada, e estabelecidos critérios seletivos para as importações. O Banco do Japão, ao mesmo tempo, se incumbiu de prover recursos aos bancos privados, fortalecendo a posição dos grandes blocos de capital (*keiretzu*). Os investimentos foram direcionados para os setores considerados prioritários, e em 1966 o Japão se afirmou como a segunda economia capitalista mundial. Na França, um país onde a norma eram os pequenos estabelecimentos, a modernização veio com a introdução do Plano Monnet, entre 1947 e 1952. Através do controle público sobre o crédito foi possível estimular os ramos industriais eleitos pelo planejamento central como estratégicos em termos do desenvolvimento nacional. A normalização das relações econômicas com o poderoso vizinho alemão deu-se com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1952, um cartel europeu que estabeleceu metas de produção e acesso comum às duas matérias-primas essenciais da indústria. A legião de pequenas e médias empresas não foi abandonada à própria sorte, já que a política adaptativa de “apoio aos grandes e proteção aos pequenos” foi uma marca característica da gestão econômica do país. Na Itália, onde 42% da população ativa ainda se encontrava na agricultura em 1954, a expansão capitalista concentrou-se no norte (Turim e Milão, basicamente). A descoberta dos depósitos de gás natural no Vale do Pó, a construção de hidroelétricas, os investimentos públicos da IRI – *Instituto per la Ricostruzione Industriale* e da ENI – *Enti Nazionale Idrocarburi*, os avanços da indústria automobilística local (Fiat), a atuação inovadora de grandes empresas (Pirelli e Olivetti), os investimentos estrangeiros, o turismo e a integração europeia - deram um novo alento ao capitalismo local e redefiniram o *facies* até então acanhado da sociedade italiana.

O grande acordo social do pós-guerra foi coroado com a exuberante expansão econômica. O crescimento fez-se acompanhar da elevação da produtividade e dos salários reais, da perceptível melhoria das condições de vida das populações, da difusão dos programas de proteção social, da sustentação de baixos níveis de desemprego e da ausência de flutuações pronunciadas da atividade econômica. Mesmo em meio às diferenças nas trajetórias nacionais houve um consenso político maior, do qual participaram *todas* as correntes de opinião em *todos* os países, de que era, sim, possível – e, ademais, necessário - disciplinar o funcionamento do capitalismo de modo a alcançar o objetivo estratégico do pleno emprego e do bem-estar social. As atribuições econômicas internacionais, e a própria mudança dos rumos da Guerra Fria, fizeram com que o grande acordo do pós-guerra fosse progressivamente desfeito nos anos 1970. Quando confrontada

com o quadro atual da submissão passiva aos desígnios das finanças, a experiência do pós-guerra revela-se não apenas surpreendente, mas, também, uma possibilidade já hoje praticamente inalcançável.

As reações possíveis à crise atual: uma breve digressão

A violência da crise inaugurada em 2007-8 não pode ser subestimada. Como já se observou, foi apenas em decorrência do socorro do Estado que ela não se transfigurou em uma depressão profunda. Em tese, a profundidade da crise deveria ter ensejado reações mais contundentes. Seria previsível que houvesse uma aglutinação de forças políticas em escala mundial exigindo uma reestruturação no modo de funcionamento da economia. Em particular, a necessidade de restaurar a regulamentação do sistema financeiro apareceu como uma necessidade imperiosa. Ouviram-se, por todo o mundo, vozes influentes em âmbito da reflexão acadêmica, da imprensa, dos organismos internacionais, dos partidos políticos, e até mesmo dos círculos íntimos de poder, denunciando os “excessos” cometidos pelas finanças desreguladas. Todas apontavam para a urgência em retornar ao *regime de disciplina* para o mundo das finanças. O alentado relatório da *Financial Crisis Inquiry Commission* chegou a afirmar, em letras garrafais, que “*as falhas generalizadas na regulamentação financeira e na supervisão demonstraram-se devastadoras para a estabilidade dos mercados financeiros nacionais*”¹⁹. Era plausível que esta discussão avançasse.

Entretanto, os avanços têm sido excessivamente tímidos. A dominação das finanças parece ser mais profunda, e não se observam no horizonte atores políticos suficientemente fortes e relevantes para forçar mudanças essenciais em seu modo de funcionamento. Tudo parece indicar que a reconhecida perda de prestígio de Wall Street não se traduziu na correlata perda de poder político²⁰. O aporte de recursos públicos salvou as instituições financeiras, impediu o aprofundamento da crise, mas serviu, também, para neutralizar as críticas. Passada a tormenta inicial, veio a acomodação. É certo que as taxas de crescimento do produto são medíocres, que o desemprego se elevou, e que as condições para uma retomada consistente ainda estão distantes. Mas nada disso parece suscitar uma mobilização efetiva destinada a alterar o modo de ser do regime econômico. Nada equivalente às respostas dos anos 1930 ou ao consenso do pós-guerra se observa nas atuais circunstâncias.

Uma razão - já assinalada - para este desfecho, é que a intensidade da crise foi sentida de maneira mais dramática na periferia europeia, e não no núcleo das economias centrais. Uma crise profunda na Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Islândia ou Chipre tem implicações obviamente distintas de uma crise nos EUA, Alemanha, Inglaterra, França ou Japão. Não foi assim nos anos 1930, quando a crise atingiu em cheio as economias centrais, e também não foi assim no pós-guerra, quando *todos* os países ocidentais envolvidos no conflito se empenharam na tentativa de disciplinar as finanças e de impulsionar a acumulação

¹⁹ “*The Financial Crisis Inquiry Report – Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States*”. New York: Public Affairs, p.xviii.

²⁰ F. Mazzucchelli, “*Uma Nova Estruturação do Capitalismo Mundial?*”. Revista Princípios, Novembro-Dezembro 2009.

produtiva, de modo a alcançar o pleno emprego e o bem estar social. A concentração dos efeitos dissolventes da crise atual nas economias mais débeis parece, assim, legitimar as políticas acomodatórias nos países centrais.

Existem certas determinações estruturais que apontam nesta direção. Em primeiro lugar, cabe destacar que a indústria e a agricultura não são mais as mesmas. Em relação a esta última, sua importância na estrutura econômica, social e política do núcleo central do capitalismo é hoje notoriamente reduzida. Amparada por subsídios e tarifas protecionistas, sua participação no emprego é irrisória. Tão pouco ela parece ter sido afetada de maneira mais profunda pela crise. Quanto à indústria, a migração para as regiões onde os custos de produção são mais baixos alterou sensivelmente seu posicionamento no quadro nacional. Belluzzo & Almeida²¹ observam que a “*mudança na configuração espacial da indústria (...) [foi] acompanhada de um grande esforço das corporações transnacionais para concentrar suas estratégias na atividade principal (core business)*”. A China e o complexo asiático, na verdade, converteram-se na nova oficina do mundo. A “*‘exteriorização’ dos segmentos produtores de peças, componentes e bens finais sob o comando ‘inteligente’ da chamada ‘empresa integradora’*”, a que os autores fazem referência, resultou não apenas na redução dos custos e no aumento da eficiência, mas também no esvaziamento dos parques produtivos nacionais. Se forem excetuadas as indústrias associadas à tecnologia de informação e comunicações, a química e farmacêutica, os segmentos ligados à defesa e a “*inteligência das empresas integradoras*”, a indústria mundial se acha, hoje, localizada na Ásia. É lá que se encontra a vanguarda da produção automobilística, da siderurgia, da eletrônica, da construção naval, e de uma série de outros setores.

As consequências deste processo não são triviais. Uma de suas dimensões cruciais é a exportação de empregos e a decorrente debilitação dos sindicatos industriais, cuja vocalização política tornou-se mais tibia. As grandes corporações industriais, de sua parte, não apenas estreitaram suas relações com a Ásia – o que, por si só, torna-as solidárias à livre movimentação dos capitais -, como submeteram a gestão de seus excedentes financeiros a critérios e práticas não necessariamente distintos da lógica das finanças desregulamentadas. Isso significa que sua adesão à disciplina financeira tende a ser, no mínimo, cautelosa.

A ausência de atores políticos capazes de se contrapor à dominação das finanças se projeta na própria sociedade. Uma característica marcante das sociedades de massa contemporâneas é o esmagamento da razão. Na luta incessante pela sobrevivência, a percepção que os indivíduos têm das conexões internas do mundo que os circunda é severamente limitada. Quem supostamente orienta suas ações racionais é mídia. É ela que age como o centro nervoso produtor de ideias, valores e consensos. Suas articulações com as estruturas de dominação e poder são por demais evidentes e dispensam maiores considerações. Sob o disfarce da *informação*, a mídia se ocupa, também, da *formação* da agenda política. Além da propagação diária do credo liberal, suas ações alimentam a construção dos temas de mobilização e atuação política. Os temas são particulares, eleitos a partir de aspirações de parcelas da sociedade. Seu somatório passa a definir

²¹ L.G.M. Belluzzo & J.S.G. Almeida, “A Indústria Brasileira e as Cadeias Globais”. Carta Capital, 27/02/13, p.28.

o que seria a correção do comportamento político. Nesta operação, o que é *politicamente correto* é, também, *politicamente fragmentado*. Os temas são específicos, e daí resultam lutas apenas específicas.

Dessa forma, o sentimento de cidadania tende a ser afirmado em resposta a demandas fragmentadas. A legalização do aborto, a defesa do casamento gay, a proteção aos animais, a garantia aos ciclistas, a preservação da natureza, a causa indígena, a descriminalização da maconha, o combate à violência policial, o direito das minorias raciais, o clamor pela transparência e o repúdio à corrupção – são bandeiras meritórias, que devolvem aos cidadãos isolados e atônitos a sensação de pertinência cívica. A questão não está, propriamente, no conteúdo das demandas, mas sim no exercício particular de sua execução. As demandas são tópicas e pontuais e, via de regra, não estão inscritas em um projeto abrangente. Existe, assim, uma tendência à formação de guetos monotemáticos reivindicatórios (não necessariamente progressistas), incapazes de compreender a totalidade que os circunda, e de lutar por transformações mais profundas na estrutura da vida social.

As vítimas, de sua parte, não têm capacidade de mobilização política. Aqueles que sofrem os efeitos da crise nos países capitalistas centrais – já se mencionou – são, acima de tudo, os imigrantes, os jovens e os cronicamente despossuídos. É duvidoso, contudo, que os porto-riquenhos ou mexicanos nos EUA, os turcos na Alemanha, os argelinos na França ou os eslavos na Inglaterra tenham qualquer capacidade de articulação política. Antes o contrário: passam a ser estigmatizados e responsabilizados pelo estreitamento das oportunidades de emprego. Ademais, desde meados dos anos 1970, mudou o patamar das taxas de desemprego no centro capitalista: nos EUA, a título de exemplo, a taxa *média* de desemprego nos anos 1960 foi inferior a 5,0%. Em outras palavras: as sociedades avançadas de há muito convivem com um nível mais elevado de desocupação, o que não traz maiores transtornos políticos e nem suscita reações mais exaltadas.

No que se refere à periferia - submetida às políticas de austeridade –, o quadro é desolador. A aventura da adesão ao euro cobra hoje um preço amargo. Suas populações estão desprotegidas, humilhadas pela lógica do corte dos gastos públicos e pela contração do crédito privado. Seu futuro é incerto, e a possibilidade de substituição dos governos empenhados em promover a austeridade por forças nacionalistas da extrema-direita não pode ser descartada.

Em conclusão, as circunstâncias no centro capitalista - perda de importância da agricultura, mudanças na morfologia da grande empresa industrial, enfraquecimento dos sindicatos, fragmentação das demandas sociais, concentração dos efeitos da crise nos estratos inferiorizados da escala social – e a projeção das agruras para a periferia europeia favorecem a reiteração de políticas estritamente acomodatórias. A luta pelo pleno emprego e o bem estar social tornou-se, neste contexto, uma reminiscência do passado. Mais que uma quimera, ela transformou-se em uma heresia.